

## Cultura e lusofonia: unidade e pluralidade <sup>1</sup>

Neusa Maria Barbosa Bastos

Regina Pires de Brito

RESUMO: Considerando-se que os lusófonos constituem um coletivo fragmentado, com múltiplos imaginários, apresentamos vários conceitos de lusofonia sob critérios culturais, políticos e linguísticos. Objetivamos, assim, tecer comentários acerca do espaço cultural representado pela Lusofonia que se constitui como espaço marcado não apenas pelo uso da língua, mas também pelos usos e costumes culturais comuns, capazes de promover as bases essenciais para um ambiente fecundo de comunicação inter, trans, pluri e multicultural. Nesse sentido, a Lusofonia traz uma unidade atávica, em constante movimento de ir e vir, centrado em influências, hibridismos e mestiçagens, que permitem tornar a comunicação intercultural endogênica, a partir de normas e valores com baixo nível diferencial. Defendemos o alargamento dos limites que a geografia e os interesses políticos nos impõem e a incorporação de novos significados, novas práticas, novos discursos àquilo que culturalmente já nos constitui.

Palavras-chave: cultura; lusofonia; comunicação.

Historicamente, a ideia de um primeiro movimento para a constituição de uma de “lusofonia” tem seu início a partir do século XV, com a incursão de Portugal no contexto das grandes navegações, espalhando e, em certa medida, difundindo sua língua e cultura, pela atuação de missionários e colonos diante de uma diversidade de povos contatados, espalhados pelos cantos do globo – o que leva alguns a remeterem a gênese da lusofonia a essa espécie de “globalização” ocorrida nos séculos XV e XVI. Tratar do tema remete também a aspecto de natureza semântica e etimológica que subjaz ao substantivo abstrato *lusofonia* - que não pode ser desprezado – pois a forma *luso* remete tanto a lusitano, quanto ao que é relativo a Portugal (além da alusão à Lusitânia, província romana pertencente à Hispânia, habitada pelos lusitanos). Neste sentido, “[...] fora do espaço ‘Portugal’, esse fator semântico acarreta, por vezes, certo desconforto pela evocação que faz à

---

<sup>1</sup> Este artigo é carinhosa homenagem ao pesquisador de comunicação e de cultura lusófona, que, em 2008, nos deixou importante contribuição sobre a música como componente da lusofonia, por defender: “Bases para uma comunicação intercultural: a lusofonia como ambiente de cultura”. Norval Baitello Junior (orientador) e Milton Pelegrini (examinador) fazem parte dos poucos que tiveram acesso ao rico material ainda inédito. Fabio Valverde Rodrigues Bastos Filho é quem nos conduz nas considerações que aqui seguem. E nos sonhos e saudades que sempre nos nutrem.

centralidade da matriz portuguesa em relação aos sete outros países” de língua oficial portuguesa (Brito e Bastos, 2006, p. 65). Esse aspecto é por vezes considerado como central para uma definição de lusofonia - o que, em nossa perspectiva, é muito redutor, levando a interpretações equivocadas e anacrônicas, que pouco contribuem para a discussão do papel da lusofonia no contexto atual.

Nos dias de hoje, lusofonia evoca, por exemplo, uma referência à *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*, criada em 1996 e definida como “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, para a concentração político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”<sup>2</sup>, com o intuito de reunir os países de língua oficial portuguesa a fim de uniformizar e difundir a língua e aumentar o intercâmbio cultural entre eles. Em torno disto, o intelectual português Eduardo Lourenço, em diversas circunstâncias, reporta-se à **CPLP** - afirmando que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, “tal como existe, ou queremos que exista, seria um refúgio imaginário” (2001, p.182) - e aos ideais da lusofonia – um “projeto, uma aposta, na qual deve residir alguma verdade” (uma vez que foi “imaginada” – 2001, p.176). As colocações do autor ao longo de sua obra sobre o tema não deixam dúvidas sobre a viabilidade da lusofonia. Contudo, pode-se entrever a inviabilidade da instituição de uma ideologia lusófona que nasça e corra por conta de interesses político-econômicos da globalização.

Na perspectiva que norteia nossas reflexões, Lusofonia é um espaço simbólico linguístico e, sobretudo, cultural, no âmbito da língua portuguesa e das suas variedades que, no plano geo-sócio-político, abarca os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau – os denominados *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)* – e, ainda, Timor-Leste.

Não se pode, contudo, restringir a lusofonia ao que as fronteiras políticas delimitam. Nesse modo de conceber a lusofonia, há que se considerar as comunidades espalhadas pelo mundo e que constituem a chamada “diáspora lusa” e as localidades em que, se bem que nomeiem o português como língua de “uso”, na verdade, ela seja minimamente utilizada, como: Macau, Goa, Ceilão, Cochim, Diu,

---

<sup>2</sup> “Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, 17 de julho de 1996.

Damão e Málaga. Além disso, Lourenço (2001) assinala, com exatidão, que a lusofonia é inconcebível sem a inclusão da Galiza. Somemos a isso outras regiões de presença portuguesa no passado e/ou onde, relativamente, se fala português ainda hoje: na *África* – Annobón (Guiné Equatorial), Ziguinchor, Mombaça, Zamzibar; na *Europa* - Almedilha, Cedilho, A Codosera, Ferreira de Alcântara, Olivença, Vale de Xalma (Espanha). Essa composição do mundo lusófono – que se procura reunir numa noção de lusofonia – pretende conciliar diversidades e afinidades linguísticas e culturais com a unidade que estrutura o sistema linguístico do português

Tem-se, nessa breve descrição, a dimensão geográfica da língua portuguesa que se distribui por espaços múltiplos, numa área extensa e descontínua e, que, como qualquer língua viva, se apresenta internamente caracterizada pela coexistência de várias normas e subnormas. Estas divergem de maneira mais ou menos acentuada num aspecto ou noutro, numa diferenciação que, embora não comprometa a unidade do sistema linguístico, possibilita-nos reconhecer diferentes usos dentro de cada comunidade. Assim se reconhece, por exemplo, o “Português Europeu” e o “Português Brasileiro” (e os muitos falares dentro de cada um), da mesma forma que há alguns estudos do português em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Timor-Leste: “se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense” (Lourenço, 2001, p. 112). Desse modo, é necessário ter clareza quanto aos muitos papéis que a língua portuguesa forçosamente assume em cada localidade; pensar a lusofonia é, igualmente, pensar na função que o português desempenha em cada um dos contextos de sua “oficialidade” – é, por exemplo, língua materna no Brasil, mas, ao mesmo tempo, é totalmente desconhecida em outros espaços da CPLP<sup>3</sup>.

A Lusofonia não tem se envolvido apenas com a questão linguística e territorial, mas também com o substrato cultural em que se insere. Algumas manifestações procuram a sua definição na raiz antropológica cultural, conforme assinala Martins:

---

<sup>3</sup> Outros comentários sobre *lusofonia*: Brito e Bastos (2006); Martins (2006 a e b); Namburete (2006); Fiorin (2010); Brito e Hanna (2010) e Brito (2010).

A Europa só poderá fazer-se na base do seu imaginário plural, ou seja, das suas culturas. E aí está a razão que me leva a pensar que também a Lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura. E como espaço de cultura, a Lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua, que da Lusofonia se reclama, e que é enfim o território dos arquétipos culturais, um inconsciente colectivo lusófono, um fundo mítico de que se alimentam sonhos. (MARTINS, 2006a, p. 58)

Para este estudioso, os lusófonos constituem um coletivo necessariamente fragmentado, com múltiplos imaginários, e neste sentido, “aquilo que os portugueses entendem por Lusofonia só em parte poderá coincidir com aquilo que o Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Galiza imaginam e concebem como tal”. (MARTINS, 2006a, p.64). Citando Lourenço, considera o imaginário lusófono como o imaginário da pluralidade e da diferença. Deste modo, aspectos da linguagem lusófona não são só conceituais, nem só as idéias, a representação. São também “*a afectividade, a emoção, o desejo, a intencionalidade, a vontade*”. (MARTINS, 2002, p. 119). Esses aspectos de espaço cultural levam a um questionamento da definição de Lusofonia no que concerne à territorialidade. Nas palavras de Baptista,

... é sabido que Eduardo Lourenço tem colocado múltiplas reservas à existência de uma autentica comunidade lusófona, que integre realmente espaços tão diversos como Portugal, Brasil, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné. Para além disso, tem sublinhado que o espaço lusófono não faz sentido sem nele incluir a ‘materna Galiza’ e a sua exclusão significa simplesmente que (...) o espaço da Lusofonia e o da comunidade de referência lusófona não coincidem. E embora se compreenda que uma tal questão não seja particularmente relevante para os restantes países de expressão portuguesa, para nós, portugueses, ela a decisiva, (...) não por mera vizinhança, pois também somos vizinhos, e até primos de Castela, da Catalunha, da Estremadura, mas por intrínseca pertença à mesma (BAPTISTA, 2000, p. 7).

Refere-se Lourenço à inflexibilidade estatutária da CPLP, que em seu Artigo 6º (Membros) define como membros: “§1. Para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial” e em seu Artigo 7º (Observadores) assinala: “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá admitir Observadores com categoria de Associados ou com categoria de Consultivos” (CPLP, 2007), e, organicamente, dos PALOP. Assim, não ocorre a ampla inclusão das nações ou comunidades que fazem do Português língua de uso,

variedade dialetal ou que meramente apresentam coletivos falantes de língua portuguesa. Em contrapartida, países do PALOP podem apresentar reduzido percentual de falantes e serem considerados lusófonos oficiais. Visto desta maneira, a agregação pretendida a partir a língua e da sua distribuição territorial não é completa e não observa os reais valores da Lusofonia.

Outras manifestações tratam de uma “definição política” da lusofonia. Com surgimento análogo ao da francofonia, anglofonia e hispanofonia, delas se diferencia pelo dinamismo, por não buscar unicamente a capacidade de relação obtida por meio da influência da língua e do espaço histórico de colonização, mas principalmente por buscar a capacidade de estabelecer critérios de integração e relações vinculatórias culturais, em sentido amplo. A ordenação simbólica que se pretende com o traçado dessas comunidades nada mais tem sido que um embate global com nascimento cultural, mas com olhos comerciais.

A Lusofonia é, portanto, ao mesmo tempo geradora e agregadora de espaço: gera necessidades comuns, tais como políticas para uma base linguística, uma plataforma comercial com afinidades, uma base de construção artística interconectada, sistemas governamentais colaborativos, políticas comuns de saúde pública, intercâmbios diversos, tendo sido, na sua versão contemporânea, mantidos os princípios de não interferência, respeito às diversidades e às respectivas soberanias políticas e territoriais. Além disso, sua cultura comum e entrelaçada é constituinte de um elo de tradições e costumes que transcendem a linguagem.

Numa atmosfera de globalização e de intensificação da influência da midiatização, as culturas se interconectam e a busca dos traços comuns ganha importância maior. Inegavelmente, essa cultura comum, apesar de entrelaçada, hibridizada e mestiçada, ainda assim, estabeleceu razões diversificadoras que introduziram barreiras comunicativas na relação vinculatória dos falantes lusófonos. Note-se, além disso, que a Língua Portuguesa não é única nos países lusófonos: daí a necessidade de uma compreensão das várias realidades interculturais, responsáveis pela construção identitária desses povos.

No domínio da cultura, é notável a sintonia que une e miscigena os lusófonos: ainda mais que nos discursos em Língua Portuguesa, acima das nacionalidades, as

modalidades culturais são vigorosamente marcadas pelos princípios da globalização: “os problemas da Lusofonia e a afirmação de uma identidade comunitária que se funda na língua ultrapassam o fator linguístico e convocam globalmente governos, ONGs, sociedade civil etc” (SOUSA, 2000, pp. 306-7), da diversificação: “reconhecendo a heterogeneidade de cada realidade nos países que compõem a comunidade lusófona e que, do ponto de vista português, são marcados por elementos que não têm origem portuguesa” (Id.) e da relativização: “implicando que a comunidade lusófona, devido à diversidade de cada realidade, é desigual e muito pouco coesa” (Id.).

O significado cultural da relação entre os membros da comunidade de língua portuguesa, articulado a partir de um contexto cultural dinâmico, é percebido como processo de ‘mediação’ em que a cultura constitui o contexto dos significados existentes e a dinâmica que estimula a produção e disseminação de novos sentidos; conseqüentemente, qualquer indivíduo só pode se relacionar ou conhecer o mundo no qual se insere por meio de alguma forma de *mediação*, que passará a ter significado quando capturada pela cultura. Entendida como um processo criador de significados no âmbito de determinado grupo social, a cultura é formada e operada por intermédio de ampla variedade de vivências e práticas sociais, tais como a ideia de nação, etnia, família, faixa etária, religião, grupo profissional, gosto musical, vestuário, etc. Desse modo, o espaço cultural representado pela Lusofonia constitui-se como espaço marcado não apenas pelo uso da língua, mas também pelos usos e costumes culturais comuns, capazes de promover as bases essenciais para um ambiente fecundo de comunicação inter, trans, pluri e multicultural.

Exemplo dessas relações comunicativas amplas é o que se verifica no Brasil, quando hoje se aborda o (re)conhecimento da produção literária africana de expressão em língua portuguesa por parte da academia. Percebe-se um amadurecimento representado pelo número expressivo de estudiosos que têm se dedicado ao tema, conforme atestam Chaves e Macêdo:

Desde o início dos anos 1970, quando a luta pelas independências no continente inscreveu-se na história da esperança que sacudiu o Ocidente, tal repertório vem seduzindo leitores e ampliando o seu espaço no terreno dos estudos literários. Os trabalhos realizados atestam o interesse crescente pelo tema, muito embora os projetos nessa área ainda se vejam cercados por uma atmosfera de dispersão que tem dificultado bastante a circulação de dados e a discussão de

idéias em torno dos problemas que a atividade literária suscita.  
(Chaves e Macêdo, 2006, p. 9)

Atualmente, mesmo que a repercussão da temática ainda não corresponda ao anseio daqueles que a ela se dedicam, há, certamente, novas possibilidades com relação ao olhar brasileiro sobre os temas africanos de modo geral, como a implantação da Lei 10.639/2003, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Apesar da falta de conhecimento de muitos professores da nossa Educação Básica para tratarem da temática no cotidiano escolar (pois a maioria desses profissionais não teve esse conteúdo na sua formação intelectual), essa obrigatoriedade acaba, pelo menos, por despertar a curiosidade e por fomentar a necessidade de buscar esse saber. Do lado dos cursos de graduação e de pós-graduação, percebe-se que essa obrigatoriedade tem levado, ainda que timidamente, à elaboração de disciplinas universitárias voltadas para as histórias, para diferentes manifestações artísticas (literatura, música, dança, etc) – enfim, para as culturas dos povos africanos de expressão oficial em língua portuguesa.

Nas universidades brasileiras, número considerável de pesquisas tem sido realizadas acerca do conceito de africanidade, das relações entre história e literatura, da multiculturalidade, da diversidade cultural e das variedades da língua portuguesa em sua relação com as línguas nacionais de cada um dos PALOP – o que se reflete na crescente publicação de artigos científicos, no aumento do número de alunos de iniciação científica e de pós-graduação direcionados para o universo africano e na realização de encontros científicos de temática específica dos países africanos de expressão oficial em língua portuguesa.

O interesse do público brasileiro em geral pela literatura africana de língua portuguesa também tem crescido e nomes como dos angolanos José Eduardo Agualusa, Ondjaki (que vive no Brasil desde 2007), Valter Hugo Mae e dos moçambicanos Mia Couto e Luís Carlos Patraquim são presenças constantes em jornais de grande circulação e em eventos literários pelo país afora. O mercado editorial, observador desse movimento, está paulatinamente atendendo à demanda e, além de diversos trabalhos de estudiosos brasileiros escrevendo sobre a produção de escritores africanos, muitas obras desses autores (especialmente de

Angola e Moçambique) estão sendo publicadas no Brasil. Vale referir o caso de Timor-Leste, situado no sudeste Asiático, mas que já nos chega pelas mãos do romancista Luis Cardoso e do político-poeta Xanana Gusmão.

Também a título de ilustração das interfaces que a perspectiva do conhecimento intercultural entre as comunidades que compõem a lusofonia propicia, pode-se mencionar a música. Arte, linguagem ou comunicação, a música detém os padrões estéticos e emocionais predominantes, oscilando entre gêneros, manifestações culturais, étnicas e sociais. É linguagem, e está sujeita ao processo fenomenológico semiótico comunicativo: emoção, imaginação, memória, história, raízes geográficas e culturais, significados.

Assim, por exemplo, Na carta de achamento do Brasil (carta de Pero Vaz Caminha a El Rei D. Manuel), datada de 1 de maio de 1500, relata-se ao rei de Portugal o primeiro contato exploratório, que, de hábito, seguiu o protocolo, havendo relevo para o espontâneo tocar de instrumentos primitivos e para a dança executada. A contrapartida foi apresentar um gaiteiro e tocadores de tamboril, bem recebidos com dança pelos nativos:

E depois de acabada a missa, quando nós sentados atendíamos a pregação, levantaram-se muitos deles e tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e dançar um pedaço. E alguns deles se metiam em almadias — duas ou três que lá tinham — as quais não são feitas como as que eu vi; apenas são três traves, atadas juntas. E ali se metiam quatro ou cinco, ou esses que queriam, não se afastando quase nada da terra, só até onde podiam tomar pé. [...] Passou-se então para a outra banda do rio Diogo Dias, que fora almoxarife de Sacavém, o qual é homem gracioso e de prazer. E levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se a dançar com eles, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem fez ali muitas voltas ligeiras, andando no chão, e salto real, de que se eles espantavam e riam e folgavam muito. E conquanto com aquilo os segurou e afagou muito, tomavam logo uma esquiveza como de animais montezes, e foram-se para cima. [...] Nesse dia, enquanto ali andavam, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril nosso, como se fossem mais amigos nossos do que nós seus<sup>4</sup>. (CAMINHA, 1500.)

---

<sup>4</sup> Texto original: e despois dacabada a missa aseētados nos aa pregaçom aleuantaranse mujtos deles e tanjeram corno ou vozina e começaram a slatar e dançar huü pedaço, e alguüs deles se metiam em almaadias duas ou tres que hytijnham as quaaes nō sam feitas como as que eu ja vy. soomte sam tres atadas juntas e aly se metiam iij ou b ou eses que queriamnō se afastando casy nada da terra senō quanto podim tomar pee. [...] pasouse emtam aalem do Rio diego diiz alxe que foy de sacauem que he homé gracioso e de prazer e levou comsigo huü gayteiro noso com sua gaita e meteose cō eles a dançar tomandoos pelas maãos e eles folgauam e Riam e amdauam cō ele muy bem ao soō da gaita. despois de dançarem fezlhe aly amdando no chaão mujtas voltas ligeiras e salto Real de



Mais adiante, a presença dos jesuítas, especialmente com a Companhia de Jesus, constituída em Portugal em meados do século XVI por iniciativa de D. João III como uma ordem de formação religiosa e paramilitar, participou das expedições à Índia, Malaca, Molucas e Japão. Grupos de missionários chegaram a diversas outras regiões no século que se seguiu: Macau, império do Grão Mogol, China, Pegu e Bengala, Cochinchina, Cambodja, Tibete, Tonquim e Sião, Laos. Na África, os jesuítas chegaram ao Congo, em Angola, Etiópia e Moçambique, na região do Monomotapa. A missão a Cabo Verde também alcançou Guiné e Serra Leoa.

Entretanto, no cumprimento de seus objetivos catequéticos, os jesuítas absorveram, assimilaram e difundiram muito dos costumes que cuidadosamente observaram e anotaram, o que garantiu parcela da manutenção cultural e identitária das regiões colonizadas. Exemplo dessa atitude é mencionada por Arthur Ramos, para quem, com a assimilação totêmica posterior, os autos primitivos passaram, em “*sucessivos esfacelamentos*”, às passeatas totêmico-carnavalescas (maracatus, congados e moçambiques, etc.):

Tínhamos o exemplo dos jesuítas adaptando autos de sobrevivência medieval – mistérios, bailes pastoris, martírios – à obra da catequese, com a feitura de dramas burlescos e trágicos onde intervinham elementos cristãos e ameríndios. [...] Os congos, por exemplo, constituem o caso típico de auto negro de sobrevivência histórica, onde, de início, não se imiscuíram elementos totêmicos {...} que outra coisa não queria representar do que as antigas lutas das monarquias e reinos africanos entre si e contra o colono invasor. (RAMOS, 2007, pp. 29-30).

Na convergência *música e dança*, papel significativo na formação da cultura lusófona é representado pela capoeira. Com origem N'golo de tradição bantu, etnia que agrega negros escravos angolas, cabinadas, benguelas, congos e moçambiques, historicamente procede da *briga das duas zebras*. Trazida para a cultura brasileira e incorporada a tradições culturais indígenas e européias, atualmente, a capoeira segue duas vertentes: a tradicional, rebatizada como *capoeira angola* ou *capoeira folclore* e a recriação *capoeira regional*, ou *capoeira esporte*, com maior profusão de golpes e contacto físico, porém destituída de etnicidade (é tipicamente arte marcial).

---

que se eles espantauam e rriam e folgauam muito, e com quanto os co aquilo muito segurou e afaagou, tomauam logo huia esquiueza coma monteses e foranse pera cjma. [...] em quanto aly este dia amdaram senpre ao soõ dhuũ tanbory nosso dançarãe bailharã cõ os nossos, è maneira que sam muito mais nosos amjgos que nos seus.

Ao trazer esses exemplos, convidamos à reflexão sobre o reconhecimento de uma *cultura lusófona*, consubstanciada por uma língua comum e que compreende o entendimento de relações entre diferenças socioeconômicas, práticas comuns e expressões culturais multifacetadas. Assim, ao pensarmos em Culturas Lusófonas (ou seja, culturas que se expressam *também* em língua portuguesa) analisadas sociologicamente, economicamente, criticamente, delineamos uma perspectiva centrada na subjetividade, nas identidades, na complexidade dos encontros e interações culturais - relacionamos a homogeneidade (unidade) da língua à heterogeneidade (variedade) dos espaços e das diferentes influências que aí se revelam. É essa língua que, enriquecida na sua diversidade, permite, em diferentes partes do mundo, vivermos o fado, rezarmos o terço, dançarmos ao batuque dos negros, respeitarmos os orixás, banharmo-nos sempre, como os índios o faziam.

Conforme Brito e Martins (2004), a Lusofonia conhece e constrói a sua própria história, acreditando na definição de uma política onde não cabe a ninguém a posição principal (e centralizadora) de senhor da língua portuguesa:

A Lusofonia e a comunidade lusófona só farão sentido quando de lado a lado se respeitarem (e para respeitar é preciso conhecer) as experiências, os valores particulares, a especificidade cultural, o modo próprio de experienciar a realidade e a visão de mundo que cada comunidade vem fixando na sua norma do português - é essa a perspectiva a adotar para o entendimento da construção de uma possível identidade lusófona. (BRITO e MARTINS, 2004, p. 78).

Nesse sentido, a Lusofonia traz uma unidade atávica, em constante movimento de ir e vir, centrado em influências, hibridismos e mestiçagens, que permitem tornar a comunicação intercultural endogênica, a partir de normas e valores com baixo nível diferencial. Ao defender a Lusofonia, conceito denso, fundado numa comunidade linguística e cultural determinada pela história, não estamos demarcando fronteiras; estamos alargando os limites que a geografia e os interesses políticos nos impõem e incorporando novos significados, novas práticas, novos discursos àquilo que culturalmente já nos constitui.

#### **Culture and Lusophony: unity and plurality**

ABSTRACT: Taking into account that the lusophone compose a fragmented group, with multiple imaginaries, we present several concepts of Lusophony under cultural, political and linguistic criteria. By doing so, we aim to comment on the cultural place represented by Lusophony which consists of a place marked not only by the use of the language, but also by its uses and cultural habits in common, able to promote the essential basis for an environment fruitful of inter, trans, plural and multicultural communication. In this sense, Lusophony brings an atavistic unit, in a constant come and go

movement, focused on influences, hybridism and miscegenation, which allow communication to be intercultural and endogenic from rules and values with a low differential level. We defend the widening of the borders that geography and political interests impose us and the incorporation of new meanings, new practices and new discourses to the things that culturally compose us already.

Keywords: culture; lusophony; communication.

## Referências

BAPTISTA, Maria Manuel. *Da cultura europeia à Lusofonia: pensar o impensado com Eduardo Lourenço*. Comunicação apresentada ao IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE LÍNGUA, CULTURA E LITERATURA LUSÓFONAS: Galiza, Portugal, Brasil e PALOP, Faculdade de Ciências Económicas, Universidade de Santiago de Compostela, 13 a 15 de setembro de 2000. Texto cedido pela Autora, através do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

BRITO, R.H.P. Lusofonia e Timor-Leste. *Ciências & Letras – Revista da Faculdade Porto-Alegrense*. Porto Alegre. No. 48, p 175-194, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>.

BRITO, R.H.P.; BASTOS, N.M. Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia. MARTINS, M. et al. (Eds.) *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, 2006. p. 65-75.

BRITO, R.H.P.; HANNA, V.L.H. Sobre identidade em contexto lusófono: reflexões. In.: BASTOS, N.M. (org.) *Língua portuguesa: cultura e identidade nacional*. São Paulo: IP-PUCSP; EDUC, 2010. p.75-88.

BRITO, R.H.P.; MARTINS, M. Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português. *RepositoriUM da Universidade do Minho*. Braga, Portugal, 2004. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1005>. (acesso 14 de novembro de 2010).

CAMINHA, Pero Vaz. *Carta a El Rei D. Manuel*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa, gav. 8, maç. 2, n. 8, 1500.

CHAVES, R. ; MACÊDO, T. (orgs.) (2006) *Marcas da diferença. As literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda.

CPLP. *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007)*. Lisboa: CPLP, Secretariado Executivo, 2007.

FIORIN, J.L. Língua portuguesa, identidade nacional e lusofonia. In.: BASTOS, N.M. (org.) *Língua portuguesa: cultura e identidade nacional*. São Paulo: IP-PUCSP; EDUC, 2010. p. 15-30.

SOUSA, Helena. *Os media ao serviço do imaginário: uma reflexão sobre a RTP Internacional e a Lusofonia. Comunicação e Sociedade 2 - Cadernos do Noroeste*. Série Comunicação, vol. 14 (1-2). Braga, Universidade do Minho, 2000. pp. 305-17.

LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MARTINS, M. de L. *A linguagem, a verdade e o poder*. Ensaio de semiótica social. Coimbra, Calouste Gulbenkian, 2002.

\_\_\_\_\_. "Lusofonia e lusotropicalismo. Equívocos e possibilidades". In Bastos, N. B. *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006 (a).

MARTINS, M.L. A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. MARTINS, M. et al. (Eds.) *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, 2006 (b). p.79-87.

NAMBURETE, E. Língua e lusofonia: a identidade dos que não falam português. In: BASTOS, N.M. (org.) *Língua portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006. p. 63-74.

RAMOS, Arthur. *O folclore negro do Brasil: dermatopsicologia e psicanálise*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.